

O CONCEITO DE PESSOA COMO MEDIAÇÃO PARA O DIÁLOGO ENTRE FÉ E CULTURA NA CRISE DO ANTROPOCENTRISMO MODERNO

Marcos Morais Bejarano¹

Resumo

A sociedade moderna está em crise. O paradigma antropocêntrico gerou o inverso do que ele desejava. Vivemos em uma era de poucas esperanças e muitas ameaças. Por sua vez, a fé cristã luta para tentar oferecer alguma contribuição na construção de uma nova sociedade. Bebendo na sua própria fonte, o cristianismo pode redescobrir na antropologia teológica, especialmente no conceito de Pessoa, um elemento a estabelecer pontes de diálogo com a cultura, a fim de descortinar caminhos de humanização. Este conceito, que tem raízes profundamente religiosas, está na base da moderna noção de Direitos Humanos, mostrando, dessa forma, que as trilhas que conduzem a fé e a cultura contemporânea não são tão distantes quanto possa parecer. Redescobrir a convergência desses caminhos, na justa autonomia de cada esfera, pode ser um fator que permita a reconstrução do diálogo, em vista do bem comum.

Palavras-chave: modernidade; pessoa; direitos humanos; diálogo.

Introdução

Vivemos em uma sociedade com características paradoxais. Por um lado, o processo de globalização/mundialização prossegue em ritmo avassalador, com alguns traços culturais tornando-se cada vez mais hegemônicos e quase irresistíveis. Dentre eles, podemos citar o individualismo, o consumismo, a inevitável articulação da vida com o mundo digital, bem como um certo desalento quanto ao futuro, propiciado por crises sistêmicas, dentre as quais a ameaça provocada pelo aquecimento global, que se apresenta como a mais paradigmática. Por outro lado, trata-se de uma sociedade fragmentada, onde as identidades se cruzam e entrecruzam, o que faz parecer a possibilidade de alcançar alguns consensos éticos mínimos um sonho distante. Fluidez e rigidez se colocam como faces de uma mesma moeda, frutos de um mundo que vê o antropocentrismo da modernidade ocidental entrar em crise, mas que ainda não encontrou um caminho consensual que permita a construção de um novo modelo de civilização.

Assim como ocorre com o conjunto do fenômeno religioso, também o cristianismo se vê impactado por esse quadro cultural. A fé cristã, porém, enfrenta alguns desafios adicionais. Como elemento religioso central na construção da cultura ocidental, é natural que suas expressões entrem em crise juntamente com o cenário que ajudou a engendrar. O risco, novamente, é o de nos envolvermos em extremos paradoxais que nos impeçam de vislumbrar o futuro. Uma parcela significativa das novas gerações olha para o cristianismo, nas suas múltiplas expressões, e o enxerga como um dos elementos culpados pelos impasses nos quais nos encontramos. Critica-se a cosmovisão monoteísta como uma das grandes responsáveis por guerras, manutenção da estrutura social patriarcal, repressão e controle dos corpos e mentes e estabelecimento de

¹ Possui Graduação em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI (2005), mestrado e doutorado em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio. Atualmente é professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio e Vigário Paroquial na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, da diocese de Duque de Caxias.

hierarquias religiosas que cancelaram acontecimentos dos quais hoje temos muito a nos envergonhar. Porém, não dá para desprezar outro fenômeno que cresce numa linha diametralmente oposta. Trata-se do fenômeno do fundamentalismo religioso, que se desenvolve justamente entre parcelas jovens da população, parcelas essas que, diante dos impasses hodiernos, recuperam formas antigas de vivência da religiosidade sem qualquer brecha para o diálogo com as demandas contemporâneas. Os extremos acabam se tocando, de tal maneira que o radicalismo numa direção alimenta e justifica o extremo oposto.

De que maneira o cristianismo poderia sair desse impasse e estabelecer pontes de diálogo com a cultura contemporânea, saindo da condição de refém da crise, para se colocar no lugar de colaborador para a construção de novas perspectivas de futuro e de esperança? O Concílio Vaticano II (1962-1965), evento que colocou a Igreja Católica na esteira do diálogo com o mundo moderno, continua a ser “uma bússola segura para nos orientar no caminho do século XXI” (NMI 57). Este evento, ao afirmar que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e a angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1) e, ao mesmo tempo, que a Igreja é “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade do gênero humano” (LG 1), coloca as balizas necessárias para o enfrentamento desse desafio. Por um lado, propõe a abertura ao diálogo com o mundo de hoje, tal como ele se apresenta, sem fugas nem idealizações. Por outro, o mergulho nas riquezas das fontes da fé, que têm como referência primordial a pessoa de Jesus Cristo, seu anúncio e seu projeto, para daí tirar os elementos que permitam à fé cristã ter uma palavra relevante e colaborativa para a humanização das pessoas e das relações, no contexto atual.

Tendo isso presente, propomos o conceito de Pessoa, essencial para a antropologia cristã e para a autocompreensão do ser humano contemporâneo, como um elemento central que pode favorecer o diálogo aberto, sereno e frutuoso entre a fé cristã e a sociedade hodierna, dentro da desafiadora tarefa que nos compete a todos e a todas de encontrar novos caminhos para a civilização. Neste artigo, portanto, vamos investigar as origens do conceito, suas implicações para a atual consciência quanto aos Direitos Humanos e sua pertinência na superação de falsos dualismos e impasses que se têm estabelecido entre fé e cultura.

O Conceito de Pessoa: origem e desdobramentos

A história do pensamento humano é, em grande medida, a história da tentativa da humanidade de se autocompreender. Até onde somos capazes de perceber, o ser humano é a única espécie, dentre os habitantes do planeta, que se pergunta pelo sentido da própria vida, por sua origem e seu destino. Os diversos saberes, na sua multiplicidade de estilos, tentam balbuciar inúmeras respostas. Arte, religião, filosofia, ciência, dentre outros, são conhecimentos construídos para que o ser humano possa avançar nessa difícil, angustiante e inevitável tarefa

de compreensão do próprio lugar no Universo, bem como na busca de uma vida boa e digna de ser vivida.

O cristianismo possui uma resposta original e surpreendente a essa velha questão. As Escrituras Sagradas, no seu Primeiro Testamento, afirmam que “Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher” (Gn 1,27). O Segundo Testamento, dando ainda mais precisão a esse conceito, apresenta um modelo perfeito dessa imagem divina da qual somos reflexos: a pessoa de Jesus de Nazaré. Ele é “a imagem do Deus invisível (...) tudo foi criado por ele e para ele” (Cl 2,15-16). Assim, se queremos saber que ser humano é esse que foi criado à imagem de Deus, temos um rosto a contemplar: o rosto de Jesus de Nazaré. Ele é o Filho de Deus eterno que se fez homem e, sendo aquele por meio do qual tudo foi criado, apresenta-se como o modelo perfeito de ser humano segundo o projeto divino. Assim, as atitudes, as ações, as palavras, o modo de Jesus se relacionar com as pessoas, com o mundo, consigo mesmo e com Deus, tudo isso se converte na plena revelação não apenas do que é o Divino, mas também do que é o Humano. Como diz o Concílio Vaticano II: “o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente” (GS 22).

Dessa forma, em Jesus de Nazaré, faz-se uma afirmação de grande importância não apenas religiosa, mas também social: o ser humano não é fruto do acaso, mas de um projeto amoroso do Criador do Universo! Assim como Deus é o Pai de Jesus Cristo, é também o Pai que ama a toda humanidade. Trata-se, porém, de um amor que não é abstrato. Deus não ama a humanidade apenas de um modo geral, mas ama a cada indivíduo da espécie humana, conhecendo a cada um e a cada uma pelo nome. Ama a sua imagem impressa em cada ser humano e cujo modelo perfeito podemos encontrar no seu Filho Eterno, Jesus Cristo. Tal novidade trazida pela fé cristã permitiu ao apóstolo Paulo de Tarso expressar a dignidade e a igualdade dos seres humanos nos seguintes termos: “já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 1,28).

Quando o cristianismo se expandiu pelo Império Romano, nos primeiros séculos de sua existência, deparou-se com a erudita cultura oriunda da multissecular filosofia helênica. Para vencer resistências e ser compreendido pelos indivíduos influenciados por essa cultura, até então distante da fé nascida em contexto palestinese, precisou empreender um longo e paciente processo de inculturação da fé no novo contexto, traduzindo os dados da Tradição para as coordenadas da mentalidade filosófica conceitual. Esse processo gerou muitas controvérsias, até que o cristianismo pudesse encontrar conceitos satisfatórios que conseguissem expressar as verdades da fé em uma linguagem nova, sem perder a fidelidade aos seus conteúdos.

Tal processo se verificou, em primeiro lugar, em relação à identidade divina, bem como a do seu revelador, Jesus Cristo. Os dados da Escritura e da Tradição falam de uma tríade em Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, mas ao mesmo tempo, de um único Deus, e não de uma multiplicidade de divindades. Como entender o que em Deus é Uno e o que em Deus é Trino? Como compreender a relação entre esse Deus Uno e Trino e a pessoa do seu revelador? Aquilo

que na linguagem simbólica e narrativa, própria do ambiente rural da periferia do Império Romano, é experimentado na vida prática, torna-se problema central na hora de traduzir tal conteúdo para a linguagem conceitual do mundo urbano influenciado pela filosofia. Tais discussões geram as heresias, despertam os gênios literários e intelectuais dos primeiros padres da Igreja e provocam concílios, nos quais a Igreja é chamada a definir as balizas dentro das quais a sua fé deve ser compreendida.

É nesse contexto que o conceito de Pessoa é elaborado. Trata-se de uma construção genuína e originalmente cristã. Infelizmente, no exíguo espaço do nosso artigo, não é possível fazer uma exposição exaustiva da história da construção desse conceito. Vale, porém, recordar alguns elementos principais. O termo *persona*, em latim, significava originalmente “máscara de teatro e também rosto do homem” (RUBIO, 2001, p. 305). Assim, originalmente, referia-se a aspectos exteriores da condição humana, sem chegar a tocar a sua essência. Poderia representar também os papéis sociais que o indivíduo ocupa ao longo da vida.

Entretanto, a partir do escritor latino Tertuliano (século III), o termo *persona* passa a ser utilizado para designar o que em Deus é Trino, sempre em conjunto com *substantia* para definir o que em Deus é Uno. Essa distinção se dá em um escrito onde o autor deseja combater a heresia modalista, segundo a qual Pai, Filho e Espírito Santo seriam apenas modos de expressão e apresentação do Divino, sem consistência substancial. Portanto, ao atribuir *persona* aos três, o célebre autor já confere ao termo uma característica mais profunda, ontológica, não se limitando a características exteriores. Agostinho de Hipona (século V) irá aprofundar ainda mais essa concepção, ao mostrar que *substantia* indica o que em Deus é absoluto, enquanto *persona* indica o que nele é “relativo”, ou seja, a relação subsistente entre as pessoas da Trindade:

a substância da pessoa do Pai vem do fato de que ele é Deus e não Pai; sua propriedade de Pai vem do fato de que ele é relação, no caso, em relação ao Filho. Daí a identidade de substância, apesar da pluralidade das relações. Daí também a realidade das relações que não existiriam sem a substância (MORI, 2014, p. 67).

Portanto, Deus é Trino: são três pessoas, sem ser três deuses, pois os três são uma única e mesma substância. A aproximação do termo latino *persona* com o termo grego *hypostasis* favoreceu ainda mais esse deslocamento semântico. “O prefixo *hypo*, ‘sob’, e a raiz *sta*, ‘se sustentar’” (MORI, 2014, p. 71) faz com que a palavra remeta a algo que está na base, que serve de fundamento. Pessoa não é aspecto externo, mas algo que representa a identidade do indivíduo.

Referindo-nos, novamente, ao contexto bíblico do ser humano apresentado como imagem de Deus, não é difícil compreender de que forma o conceito pôde se deslocar do contexto trinitário e cristológico para o antropológico. Quem chega a uma definição é Severino Boécio (480-524), filósofo cristão que vai categorizar pessoa como “substância individual de natureza racional” (MORI, 2014, p. 76). Para ele, são consideradas como substâncias de

natureza racional, segundo a concepção corrente, as pessoas divinas, as humanas e as angélicas.

A Pessoa e os Direitos Humanos

O conceito viajou pelos séculos e ganhou direito de cidadania mesmo quando a filosofia se secularizou, influenciando a antropologia ocidental quando esta já não fazia mais referência a um obrigatório fundamento transcendente. Um exemplo disso é a sua retomada pelo filósofo I. Kant (1724-1804), que busca no ser humano enquanto ser racional o fundamento para justificá-lo como sendo distinto de quaisquer outros seres existentes no mundo. Como ser racional, o ser humano é o único “capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita” (COMPARATO, 2006, p. 459), constituindo-se, portanto, como ser dotado de autonomia. Dessa forma, ele descobre na sua consciência a lei moral que exige respeitar a humanidade presente em si próprio e no outro. O desdobramento dessa constatação é o fato de que a Pessoa, diferença das coisas, não têm preço: têm dignidade. Assim, a vida humana é inviolável e não pode ser, de forma alguma, objeto de compra, venda, troca, manipulação ou eliminação por parte de outro ser humano dotado de igual dignidade.

Tal noção está na base da ideia que representa um dos maiores progressos éticos da humanidade, que é a noção de Direitos Humanos. A compreensão de que cada vida humana possui direitos inalienáveis pelo simples fato de ser humana não foi, ao longo da história, tão óbvia quanto nos possa parecer na contemporaneidade. Consagrada como ideal universal apenas em 1948, a compreensão de Direitos Humanos aparece primeiramente na Declaração de Independência dos Estados Unidos, bem como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, produzida após a Revolução Francesa. Ambos os documentos são, portanto, do final do século XVIII. O historiador ateu Y. N. Harari, um dos escritores mais lidos da atualidade, reconhece que sem a noção cristã de Pessoa, a ideia de Direitos Humanos simplesmente não existiria. Usando do seu estilo direto, ao comentar o documento estadunidense, não hesita em afirmar:

A ideia de igualdade está intrinsicamente ligada à ideia de criação. Os norte-americanos [e diríamos, também os franceses] tiraram a ideia de igualdade do cristianismo, que afirma que todo o indivíduo tem uma alma de origem divina e que todas as almas são iguais diante de Deus. No entanto, se não acreditamos nos mitos cristãos sobre Deus, criação e almas, o que significa dizer que todas as pessoas são “iguais”? A evolução se baseia na diferença, e não na igualdade (HARARI, 2019, p. 117).

Para corroborar essa compreensão, podemos citar também a contribuição do eminente jurista F. K. Comparato, feita em sua monumental obra dedicada ao tema da ética:

Foi sobre a concepção medieval de pessoa que se iniciou a elaboração do princípio de igualdade essencial de todo ser humano, não obstante a ocorrência de todas as diferenças individuais e grupais, de ordem biológica ou cultural. Essa igualdade de essência forma o núcleo do que se veio denominar, nos tempos modernos, direitos humanos (COMPARATO, 2006, p. 457).

Dessa forma, pode-se afirmar que a noção de Pessoa é uma contribuição que o cristianismo ofereceu para o progresso da civilização e da reflexão ética, contribuição essa que ultrapassa, e muito, os seus limites confessionais, a ponto de balizar muitos sistemas jurídicos e orientar muitas discussões éticas, mesmo aquelas mais alicerçadas no desejo de salvaguarda da distinção entre crenças religiosas e laicidade do Estado.

Os Direitos Humanos e a Fé Cristã

A partir do que vimos anteriormente, podemos perceber que o conceito de Pessoa pode mediar o diálogo do cristianismo com a contemporaneidade, tendo em vista que é um conceito de origem cristã e que está na base de boa parte das aspirações civilizatórias da atualidade, além de gozar de ampla aceitação nos debates éticos. À medida que os cristãos e cristãs conseguem recuperar, tanto no discurso quanto no testemunho, a compreensão de que a fé não é uma coleção desarticulada de normas e proibições, mas a boa notícia da dignidade de cada vida humana, tal fato poderá lançar pontes de diálogo com o humanismo que se fez ateu por desconfiar que a fé possa vir a ser fonte de opressão e violência, exatamente o oposto daquilo que ela genuinamente é. Tal atitude permitiria a redescoberta de uma base teórica comum para discutir os grandes problemas que afligem a humanidade, no respeito à diversidade, mas ao mesmo tempo, na busca da unidade, mais do que nunca urgente, em uma época em que a humanidade se torna, inevitavelmente, uma única grande família, profundamente entrelaçada em suas possibilidades e desafios.

Da mesma forma, também no campo da práxis, o conceito pode ser mediação para projetos em comum, sempre que a dignidade da pessoa humana esteja em perigo, colocando-se assim como causa a superar possíveis divergências. Diante de um refugiado que corre o risco de submergir nos mares em travessias arriscadas ou de uma comunidade onde crianças passam fome e recursos básicos de saúde não sejam acessíveis, pouco importa se a motivação para a ação é a visão de Pessoa alicerçada na razão ou na criação desta à imagem de Deus. Importa preservá-la, ampará-la, salvá-la e promovê-la, vendo na garantia da vida, da liberdade, da igualdade e da solidariedade, princípios éticos mínimos que permitam assegurar a sobrevivência de um nível básico de civilidade.

Não é necessário muito esforço para perceber que tal mediação exige das próprias igrejas cristãs um processo interno de renovação que as leve ao reencontro com as fontes da fé. No âmbito da Igreja Católica é o que tem tentado empreender o Papa Francisco, dando continuidade ao processo de reforma da Igreja desejado pelo Concílio Vaticano II. Trata-se de uma oportunidade para depurar a bimilenar história da Igreja, separando o essencial do acessório. Nesse sentido, torna-se um desafio eclesial o diálogo com os setores mais radicalizados das comunidades de fé, que diante do estonteante desafio que a crise civilizacional nos impõe, acabam por ceder à tentação do fechamento ou do apego a formas rígidas de vivência da

espiritualidade que não correspondem ao seu essencial. São formas que dão segurança, diante de um mundo desafiador, mas não favorecem soluções de longo prazo. Portanto, o diálogo interno torna-se, em alguns momentos, tarefa ainda mais dramática do que o diálogo externo, já que o princípio da hierarquia das verdades, que não nega nenhuma delas, mas que permite enxergar que algumas estão mais fortemente vinculadas ao fundamento da fé do que outras (EG 36), ainda não foi profundamente assimilado por tantos cristãos e cristãs, levando, muitas vezes, a uma atividade missionária reduzida a uma obsessiva “transmissão de uma imensidade de doutrinas que se tentam impor à força de insistir” (EG 35).

Enfrentar com coragem e imaginação tal tarefa é um compromisso inadiável diante dos imensos desafios que temos pela frente. Se o antropocentrismo moderno, que moldou o progresso nos últimos cinco séculos, se esgotou, diante do desequilíbrio ecológico provocado pela sua relação objetual com a natureza, bem como pela escalada da capacidade mortífera das guerras embaladas pela tecnologia avançada, ainda não sabemos o que construir no lugar. Certamente uma espécie de biocentrismo, que renuncie ao papel específico do ser humano no cosmos, não é a melhor alternativa. Melhor seria um humanismo renovado, que reconheça o papel específico do ser humano no mundo criado, resgatando, ao mesmo tempo, uma atitude humilde, que o ser humano moderno, deslumbrado com suas conquistas técnicas, parece ter esquecido. Aqui, mais uma vez, o não-esquecimento da ideia de que o ser humano é Pessoa pode ser uma contribuição. Se, por um lado, esse conceito remete à identidade do ser humano, por outro lado, ele nos lembra que essa identidade é profundamente relacional. A sua origem nas relações trinitárias nos recorda que pessoa é identidade, mas também é relação. Sendo assim, se o conceito de Pessoa aponta para a dignidade de cada indivíduo da espécie humana, por outro, nos ajuda a fugir do individualismo e do egoísmo, pois nos recorda que esse mesmo indivíduo só se realiza plenamente na harmonia das relações: consigo mesmo, com os outros seres humanos, com o Transcendente e com a natureza, de quem deve ser guardião zeloso e cuidador e não voraz predador.

Considerações Finais

Apesar da crise global que vivemos, continuamos imersos nos paradigmas da sociedade moderna. Como disse Z. Bauman, “a sociedade que entra no século XXI não é menos ‘moderna’ que a que encontrou no século XX, o máximo que se pode dizer que ela é moderna de um modo diferente” (BAUMAN, 2001, p. 36). Princípios como autonomia, progresso e historicidade continuam a mover a atividade humana e suas construções culturais. A diferença é que as grandes metas civilizatórias, as grandes utopias, parecem mais distantes ou até mesmo abandonadas. Continuamos em movimento e de maneira cada vez mais acelerada, porém, sem saber muito bem o porquê e para onde. Precisamos de novos sonhos para sonhar, de novas motivações para construir um futuro viável, comum e digno de ser vivido.

Redescobrir as raízes cristãs da modernidade, como por exemplo, aquelas assentadas sob o conceito da dignidade da pessoa humana, permite a reafirmação da possibilidade de diálogo entre religião e cultura, diálogo esse do qual todos e todas serão beneficiados: o cristianismo, que manterá sua relevância cultural e poderá dar a sua contribuição para a construção de uma nova sociedade mais justa e solidária, bem como a própria sociedade, que não pode dispensar nenhuma das suas forças vivas na desafiadora tarefa que tem em construir um novo paradigma civilizatório.

Questões para reflexão

1. Por que a descoberta das raízes religiosas do conceito de Pessoa, que embasa a noção de Direitos Humanos, é tão importante para pensarmos parâmetros éticos que permitam a construção de um novo paradigma civilizatório?
2. Que papel a redescoberta dos fundamentos da antropologia cristã possui para a renovação do cristianismo e para a sua própria credibilidade em âmbito social?
3. Que alternativas podemos pensar em relação ao antropocentrismo moderno, a fim de alicerçar a construção de uma nova sociedade, mais justa, fraterna e sustentável?

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 11º imp. São Paulo: Paulus, 2016.

COMPARATO, F. K. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja**. Roma, 21 nov. 1964. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_1964_1121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

_____. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual**. Roma, 7 dez. 2015. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

FRANCISCO, PP. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do evangelho no mundo atual**. Roma, 24 nov. 2013. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_2013_1124_evangelii-gaudium.html#_ftnref38>. Acesso em: 23 set. 2023.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 42 ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

JOÃO PAULO, PP. **Carta Apostólica *Novo Millenio Ineunte* no termo do Grande Jubileu no ano 2000**. Vaticano, 6 jan. 2001. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2001/documents/hf_jp-ii_apl_20010106_novo-millennio-ineunte.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

MORI, G. L. A trajetória do conceito de pessoa no Ocidente. In: **Theologica Xaveriana**, v. 64, n. 177, p. 59-98, Jan-Jun 2014.

RUBIO, A G. **Unidade na Pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2001.